

# PLANO VERÃO

O crescimento da inflação após o Plano Cruzado (em menos de três anos já somava mais de 1.300%) ameaçava o país com a hiper-inflação e a desintegração das instituições.

Tendo em vista tal circunstancia, o governo federal aprovou o "Plano Verão", de autoria do Ministro da Fazenda, Mailson da Nobrega, anunciado ao país em 15 de janeiro de 1989, em clima de desconfiança e descrença junto a população.

Os principais pontos do plano foram os seguintes:

Redução drástica do déficit público e das despesas do governo, com demissão de cerca de 60 mil funcionários, privatização de 20 empresas estatais, extinção de fundações e institutos do governo, bem como a extinção dos Ministérios da Irrigação, Reforma Agrária, Previdência Social e Administração.

Congelamento de preços sob controle do Pacto Social e sem prazo para o encerramento - este ficara a critério do Pacto, de acordo com as necessidades dos setores produtivos.

Extinção do cruzado e substituição pelo "Novo Cruzado" (NCz\$), este valendo mil vezes aquele (NCz\$ 1 = Cz\$ 1000).

Após os Planos Cruzado e Bresser, a população recebeu frivolumente o Novo Plano. As centrais sindicais protestavam, alegando que o Plano era recessivo e prejudicial aos trabalhadores. Os empresários condicionaram seu apoio a demonstrações do governo de cumprimento da austeridade pública e zeração de seu déficit. Mas todos concordaram em afirmar que, com o fracasso do Plano, o passo seguinte seria a hiper-inflação.